

POLÍTICAS E EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS SOB ATAQUE: FABULAÇÕES ESPECULATIVAS SOBRE O MEDO BOLSONARISTA DA DIVERSIDADE¹

Políticas y epistemologías feministas bajo ataque: *fabulaciones especulativas* sobre el miedo bolsonarista a la diversidad

Feminist politics and epistemologies under attack: *speculative fabulations* on the bolsonarist fear of diversity

Karla Bessa²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5867-5372>

RESUMO

O artigo refaz uma breve genealogia da institucionalização dos núcleos de estudos de gênero e do desenvolvimento de uma epistemologia feminista, no Brasil, em contraposição às lutas antigênero e antifeministas que ganharam força no âmbito do bolsonarismo. Argumenta sobre os limites e a eficácia da categoria gênero e propõe a realização de alianças entre academia e movimentos sociais para superação do pacto conservador e reacionário no contexto cultural bélico e heteropatriarcal vigente no país.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; feminismo; bolsonarismo; diversidade; epistemologia.

RESUMEN:

Este artículo recorre una breve genealogía de la institucionalización de los núcleos de estudios de género y el desarrollo de una epistemología feminista en Brasil, en oposición a las luchas contra el género y el feminismo que han cobrado fuerza en el ámbito del bolsonarismo. Discute los límites y la eficacia de la categoría de género y se propone la realización de alianzas entre la academia y los movimientos sociales para superar el pacto conservador y reaccionario en el contexto cultural belicoso y heteropatriarcal vigente en el país.

Palabras clave: género; feminismo; bolsonarismo; diversidad; epistemología.

ABSTRACT:

The article retraces a brief genealogy of the institutionalization of gender studies centers and the development of feminist epistemology in Brazil, in contrast to the anti-gender and anti-feminist

¹ A primeira versão deste paper foi apresentada no II Congresso Internacional do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG), em Lisboa, 2019. Agradeço ao convite de Anália Torres e Clara Oliveira, CIEG – Centro Interdisciplinar de Estudos, pelas considerações e oportunidade de participar do evento.

² Coordenadora associada do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Universidade Estadual de Campinas. Vice-coordenadora do INCT-Caleidoscópio. E-mail: kbessa@unicamp.br.

struggles that have gained strength within Bolsonaroism. It discusses the limitations and effectiveness of the gender category and proposes the formation of alliances between academia and social movements to overcome the current conservative and reactionary pact in the warlike cultural context and heteropatriarchal in force in the country.

Keywords: gender; feminism; bolsonarism; diversity; epistemology.

*“Eu sempre sonho que uma coisa gera, nunca nada está morto
O que não parece vivo, aduba.
O que parece estático espera.
Quantos de nós não sonhamos acordados, viajando ao nosso futuro de sucesso, ao passado
repleto de realizações, de crenças, de responsabilidades, grandes ou pequenas, que assumimos ao longo
do tempo e que sustentamos, às vezes com esforço, às vezes com leveza.
Quais muros visualizamos?”
(Adélia Prado)*

Situando um campo de tensões

O convite para apresentar um panorama dos estudos de gênero, no Brasil, no II Congresso Internacional do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG), chegou-me em plena conjuntura dramática dos ataques político-institucionais do governo de Jair Bolsonaro. Na busca de por onde adentrar no gigante novelo das lutas culturais e, por vezes, disputas de cunho filosófico que cercam o tema das *ideologias de gênero*, optei por partir das questões formuladas pela organização do congresso, pois, infelizmente, o Brasil tornou-se um caso exemplar de tudo o que ali se indagava:

Mas por que é que a igualdade de gênero está sob ataque? Por que razão os novos líderes autoritários usam o sexismo e a homofobia como armas nos seus discursos políticos? Por que é que, mesmo em países onde estas políticas não são tão expressivas, estamos também a assistir a uma espécie de *backlash*, ou ao que alguns autores e autoras apelidam de *anti-genderism*? Por outro lado, ainda, importa perceber como é que estas mudanças estão a afetar a vida acadêmica e os estudos de gênero, feministas e sobre as mulheres? E que estratégias estão a ser desenvolvidas, a partir deste lugar, para fazer frente a tentativas de extinção, marginalização ou silenciamento do campo. (Convocatória, 2019).

Não tenho pretensões de responder, nem de esgotar, o escopo de tantas perguntas. Apenas gostaria de refletir ensaisticamente sobre o que ocorreu/e no Brasil, priorizando olhar para as práticas de poder (modos de subjetivação) que incidem no campo da cultura, da educação e da economia no sentido de oprimir, silenciar e subjugar pessoas diversas e constrangê-las a um ideal normativo considerado universal. Ao mesmo tempo, me interessa refletir sobre as práticas que permitem subverter, rebelar, reinventar, desorientar tais ideais e, portanto, permitem sonhar e inventar novos mundos.

Há importantes reflexões que aliam o *backlash* conservador ao neoliberalismo e, no Brasil, poderíamos também incluir a volta do protagonismo da burguesia agrária, oligárquica e extrativista, aliada às bancadas evangélica e armamentista. Campo fértil no qual cresceu o que hoje denominamos de bolsonarismo, fenômeno que, segundo Boito Júnior (2020)³ tem características neofascistas.

Não seguirei, no entanto, esse caminho das análises macroeconômicas ou das estruturas explicativas das ciências políticas sobre os vínculos e usos da retórica antifeminista e antigênero para legitimar projetos políticos antidemocráticos e voltados para o aprofundamento das desigualdades sociais. E isso não diminui a importância dessas análises para compreender como as lutas e disputas conservadoras e moralistas, que incitam práticas de violência e intolerância contra qualquer movimento de desvio das normas de gênero e sexualidade, foram, e ainda são, movidas por grandes interesses econômicos internacionais com viés colonialista.

Exemplo claro desse movimento é a promoção do desmonte das universidades públicas por lobbies de grandes redes internacionais privadas de ensino, sob a justificativa de um ataque à ideologização da ciência promovida durante gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal. Não por acaso, a Lei 12.711, instituída em 2012, de cotas sociais e raciais para todas as universidades do país, foi muita atacada.⁴ O projeto de exclusão é bem claro e afeta, ao mesmo tempo, pessoas negras, indígenas, praticantes de sexualidades e/ou conjugalidades dissidentes, pessoas transgêneras e de classes sociais desfavorecidas. O guarda-chuva que une essas exclusões tem sido a ideologia do anticomunismo e da anticorrupção, expandidos para o antifeminismo e antilgbtquia+.

Concordo com Paul Preciado (2018) quando afirma que estamos em um momento contrarrevolucionário, imersos em uma reforma heteropatriarcal, que visa desfazer as conquistas de longos processos de emancipação operária (trabalhadores/as), sexual e anticolonial dos últimos séculos. Neste sentido, o que mais me atrai para a reflexão que proponho é justamente pensar quais são estas conquistas e como podemos lutar para mantê-las e aprimorá-las por uma via que é a da *insurreição micropolítica*, inspirada no argumento da psicanalista Suely Rolnik (2018), de que a insurreição é mais ampla e profunda do que as resistências que se dão num nível de contraposição macropolítica. A autora nos incita a pensar na necessidade de reapropriação do direito à vida, encarnada em ações que ocorrem na dramaturgia social do dia a dia.

³ Na análise do cientista político Armando Boito Júnior (2020, p. 115): “No Brasil temos, hoje, um governo predominantemente neofascista, baseado num movimento neofascista. [...] No Brasil, o movimento de massa reacionário se formou em 2015 na campanha pela deposição de Dilma Rousseff. De lá, saiu, após depuração, o movimento especificamente neofascista – o bolsonarismo.”

⁴ O censo do ensino superior elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) evidencia o crescente aumento do número de matrículas de estudantes negros em cursos de graduação. Em 2011, do total de 8 milhões de matrículas, 11% foram feitas por alunos pretos ou pardos. Em 2018, ano do último censo, o percentual de negros matriculados subiu para 30,27%.

Rolnik destaca alguns novos tipos de insurreição em marcha no Brasil, com dispositivos micropolíticos que, para ela, se manifestam com vigor entre as gerações mais jovens, sobretudo nas periferias dos centros urbanos, como foi o movimento dos estudantes secundaristas nas escolas públicas, no final de 2015, em São Paulo, (e se alastrou para outras regiões do Brasil). E como as insurgências dos povos originários para manutenção da demarcação de suas terras, sua autonomia na gestão dos recursos naturais, preservação de suas tradições contra as tentativas, cada vez mais invasivas, de evangelização.

Como os movimentos micropolíticos não são brasileiros, é importante pensar também naqueles que tiveram grande visibilidade internacional, como a Primavera Árabe (2010), o Movimento 15-M e Indignados (2011). No Brasil, destaco os levantes de 2013 (Rolnik, 2018, pp. 24, 25 e 31). Ações que extrapolam o âmbito das reivindicações de direitos civis, políticos ou sociais e apontam para o importante caminho das alianças e coalizões que visam ampliar as noções de alteridade, e convivência na diferença.

Leitora e tradutora de Félix Guattari, herdeira de suas importantes contribuições para pensarmos as imbricações entre as microrrevoluções e uma subjetividade cada vez menos logocêntrica, Rolnik nos convida a uma *descolonização do inconsciente*. Coloca-se, assim, em sintonia com as importantes reflexões propostas por feministas de uma geração anterior, como Lélia Gonzales e Beatriz Nascimento, autoras fundamentais para pensarmos o vetor de força da luta antirracista na formulação de uma noção de diferença, além da dicotomia clássica homem x mulher, e da centralidade da classe na luta radical e revolucionária.

Gonzales e Nascimento, guardadas as singularidades de cada uma quanto ao modo de problematizar a diferença, aproximam-se muito de Gloria Anzaldúa.⁵ Autora de grande relevância para a produção de outro entendimento do "feminismo da diferença", seu pensamento impacta o feminismo estadunidense naquilo que foi considerado uma formulação da diferença interseccional, na qual ser lésbica, chicana, originária de uma família proletária e mulher constituía um tipo próprio de imbricação de diferenças, incapaz de assumir a forma de uma síntese identitária. Portanto, sinaliza a importância das lutas circunstanciais pautadas em torno de identidades estratégicas e não essencializadas.

Descolonizar os feminismos, os equipamentos do Estado, a ciência, e o nosso inconsciente não é uma tarefa simples. O meu ponto de partida será mergulhar na trajetória de constituição de núcleos de pesquisa e pensamento sobre gênero e sexualidade, no Brasil. Refletir sobre o que essa institucionalização ajudou em termos epistemológicos e políticos para, depois, avançar na leitura das políticas recentes de desmonte do que se construiu, dentro e fora da academia, e das liberdades e conquistas jurídicas nos últimos anos desta primeira década do século XXI. O objetivo narrativo e reflexivo desta breve genealogia segue uma perspectiva, ao mesmo tempo,

⁵ Para uma compreensão mais abrangente sobre os impactos do pensamento de Anzaldúa na reformulação de uma epistemologia feminista ver o artigo de Costa, Claudia de Lima Costa e Eliana Ávila. (2005).

de autocrítica e de vislumbre de horizontes a serem perseguidos nessa constante luta pela insubmissão.

Estudos de gênero, de mulheres e feministas: institucionalização de um campo de conhecimento

O Núcleo de Estudos de Gênero Pagu⁶ existe institucionalmente, na Unicamp, desde 1993. Completa, portanto, 30 anos de existência. Embora seja um dos pioneiros do Brasil, não foi o primeiro, nem inaugurou o que hoje podemos denominar de um *campo* de estudos. Há um certo consenso na literatura sobre os balanços históricos da constituição do campo de estudos da mulher e das relações de gênero, no Brasil, segundo o qual, há três frentes quase simultâneas.

Destaca-se o pioneirismo da Fundação Carlos Chagas,⁷ para a promoção e abertura de canais de pesquisa voltadas para a “condição feminina”, ou para as relações entre mulher e educação, mulher e trabalho, mulher e sexualidade. Já na década de 1970, a promoção de pesquisas rendia publicações importantes nos *Cadernos de Pesquisa*, além de, em 1978, acontecer o primeiro de uma série de concursos de dotação para a pesquisa que ajudaram a formar várias pesquisadoras na área de estudos da mulher e de gênero, durante a década de 1980 e parte dos anos 1990.

Paralelamente, vários grupos de trabalho (GTs) de pesquisas foram formados em importantes associações como a Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs),⁸ Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC),⁹ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)¹⁰ e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll).¹¹ Por fim, a terceira importante iniciativa foi a de um grupo de antropólogas do Museu Nacional, responsável pela organização da publicação *Perspectivas antropológicas da mulher* (1981).

Na esteira desses envolvimento e respirando o caldeirão de questões já esboçadas, entre final da década de 1960 e 1970, por pesquisadoras isoladas, como Heleieth Saffioti (1969) e Eva Blay (1978), por exemplo, emergiram os primeiros Núcleos de Estudos da Mulher. Em 1980, o primeiro a se constituir foi o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM),¹² na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. No ano seguinte, 1981, surgiu o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a

⁶ Ver <https://www.pagu.unicamp.br/>. Acesso em: 30 ago. 2023. Desde 1993, quando ainda era mestranda, participo do Pagu, acompanhando seu processo de crescimento e institucionalização.

⁷ Ver <https://www.fcc.org.br/fcc/>. Acesso em: 30 ago. 2023. Dentre as primeiras pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, destacam-se os nomes de Fúlvia Rosenberg; Carmen Barroso e Guiomar Namó de Melo, posteriormente, Christina Bruschini e Albertina Costa.

⁸ Ver <https://anpocs.org.br/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

⁹ Ver <http://portal.sbpcnet.org.br/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

¹⁰ Ver <https://www.anped.org.br/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

¹¹ Ver <https://anpoll.org.br/2022/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

¹² Ver <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/entidades/nucleo-estudos-sobre-mulher-nem>. Acesso em: 19 out. 2023.

Mulher (NEDIM), na Universidade Federal do Ceará. Dois anos depois, 1983, foram criados os Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM),¹³ na Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Relações Sociais de Gênero (NEIRSG), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o NEM, da Universidade Federal da Paraíba (Costa; Sardenberg, 1994, p. 390). Há ainda o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE), na Universidade de São Paulo (USP), ambos fundados em 1984.

Uma pesquisa mais recente, feita sobre a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (Redor)¹⁴ identificou ainda o Núcleo Temático Mulher e Cidadania (NTMC), da Universidade Federal de Alagoas, fundado em 1989. Ao final da década de 1980, aproximadamente 15 centros e núcleos de estudos de mulher haviam sido fundados, aos quais se associaram pesquisadoras de várias áreas do saber (educação, ciências sociais, comunicação, psicologia, história).

No início da década de 1990, a Fundação Carlos Chagas promoveu um encontro entre as participantes do seu Concurso de Dotação para a pesquisa, o "Seminário de Estudos de Gênero: avaliação e perspectivas para o futuro", que visava, segundo Albertina Costa e Cristina Bruschini (1992), realizar "um painel sobre o grau de institucionalização da produção científica sobre a mulher no Brasil e seu impacto sobre o ensino e a pesquisa".

O livro que resultou desse encontro trouxe um panorama das principais questões e uma delas era justamente a tensão entre usar ou não a categoria "gênero", seu alcance e a aposta de que, uma vez inserido institucionalmente, poderia abrir novas frentes de estudo. Havia uma forte crítica à guetização dos estudos de mulheres e um receio de que a militância dificultasse a contínua legitimidade das pesquisas em torno da mulher. Por outro lado, temia-se que a categoria gênero despolitizasse os debates dada a sua pseudoneutralidade semântica.

No entanto, já na década de 1980, havia importantes usos feministas da categoria gênero. Como, por exemplo, o da socióloga Elisabeth Souza Lobo (1991) que, ao citar o trabalho de Joan Scott (1995), trazia para a cena os jogos de poder que constituem as relações de gênero, politizando o debate sobre a utilização de "gênero" como categoria analítica a serviço do entendimento e da crítica das desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres. Expunha, assim, o modo como as relações de poder segregam, hierarquizam, excluem e inviabilizam a participação plena das mulheres no conjunto da vida político-social.

Quem contou uma parte dos primeiros momentos da organização do movimento e das pesquisas de gênero, no Brasil, foi Mariza Corrêa (2001) em um pequeno texto escrito para uma situação muito parecida com a que originou este, ou seja, uma fala em um evento, em Portugal. Mariza destacou as primeiras relações entre

¹³ Ver https://www.ufba.br/estrutura/outros_orgaos/n%C3%BAcleo-de-estudos-interdisciplinares-sobre-mulher-neim. Acesso em: 19 out. 2023.

¹⁴<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/gt-29/gt15-25/992-ciencia-e-militancia-os-estudos-de-genero-no-brasil/file>;
<https://www.fafich.ufmg.br/nepem/o-nepem/historico/>.

feministas militantes, os jornais *Nós Mulheres* e *Mulherio*, a relevância da atuação, no teatro, de Ruth Escobar, dos movimentos de mulheres (lutas por creches, católicas da teologia da libertação, lutas por infraestruturas nos bairros periféricos lideradas por mulheres nas associações de moradores); destacou ainda a formação de várias organizações não-governamentais (ONGs), o Conselho Nacional da Mulher, enfim, relatou toda a movimentação, em plena ditadura e nos anos que seguiram à redemocratização, com um crescente protagonismo das mulheres nas lutas políticas, e uma presença mais organizada nas universidades, ou seja, o cenário que nos dá é de uma “euforia participativa”, contagiante, eu diria. Quanto à tensão entre gênero e feminismo, Corrêa (2001, p. 24) afirma:

Como disse antes, creio que há uma clara articulação entre o feminismo dos anos setenta e a emergência dos estudos de gênero nos anos noventa, assim como acredito que houve uma estreita vinculação entre as chamadas militantes e as pesquisadoras, naquela época.

Outra genealogia foi trazida alguns anos depois pela também antropóloga Mirian Pillar Grossi (2004), por ocasião da comemoração dos 10 anos da *Revista Estudos Feministas*. Ao narrar a constituição da revista, correlacionou-a com o surgimento da REDEFEM, fruto de um evento promovido por Eva Blay (USP), em 1991. Ambos os projetos surgiram como importantes estratégias a serem alavancadas. Grossi apresentou um panorama também muito cativante, uma história de persistências e lutas contínuas. A sua avaliação partia do seguinte questionamento, vital naquele momento: “que estudos fazemos? Tratam-se de estudos feministas, de estudos de gênero ou de estudos sobre mulheres? Trata-se de Teoria Feminista?”

Para a autora, no início dos anos 1990, a existência de publicações do calibre da REF, dos *Cadernos Pagu* (Unicamp), da *Gênero* (UFF) e da *Espaço feminino* (UFU), sinalizavam a consolidação dos estudos de mulheres e gênero, no Brasil, apesar da acusação de colegas latino-americanas, avaliadoras dos estudos de gênero no Brasil para a Fundação Ford, de que as acadêmicas brasileiras teriam sido cooptadas e perdido a capacidade crítica em relação à agenda feminista. Essa tensão entre feministas e estudiosas do gênero permaneceu no Brasil, como relata Grossi, ao mencionar debates no encontro da REDEFEM em que as segundas eram denominadas pejorativamente de “generólogas”.

A pesquisa de Grossi, realizada em 1995, sugeria que, naquele momento, não poderia haver um rótulo único que reunisse as diferentes pesquisas, nem sob a rubrica de gênero, nem do feminismo. A pluralidade preponderava e Grossi chamava atenção para importância de manter o respeito a essas diferenças de perspectivas e caminhos de pesquisa. Para isso, denominava o campo no qual a REF se colocava editorialmente de estudos feministas, de mulheres e de gênero.

Recentemente, no último levantamento que fiz, notei que, no Brasil, com 26 estados federativos, existem atualmente cerca de 65 núcleos formalizados de pesquisa com várias pessoas envolvidas (docentes, discentes, entre outros) em universidades e instituições públicas de pesquisa. Identifiquei também cerca de 517 grupos listados no

diretório do CNPq dedicados à promoção de investigações sobre mulheres, feminismo, gênero e sexualidade, entrecruzando questões étnicas e raciais.¹⁵

Não é um número pequeno, pelo contrário. O crescimento do debate acadêmico e da variedade de pesquisas em vários campos do saber foram responsáveis, em grande medida, por muitas políticas públicas implementadas no país. Medidas que interferiram nos rumos da educação básica que vinha num crescendo em formação quanto à prevenção de assédios, violências (estupros, violências domésticas, incestos, etc), gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis. Além do combate à homo/transfobia nas escolas, dentre outras importantes medidas de sensibilização relacionadas à equidade de gênero e às muitas violências que crianças e adolescentes sofrem no período de formação de suas personalidades.

Ainda com relação ao intenso crescimento dos estudos de gênero no Brasil, durante a década de 1990 e os anos 2000, é importante notar o crescimento de programas de pós-graduação com linhas de pesquisa em Mulheres, Gênero e Sexualidade e às novas publicações acadêmicas na área, traduções de artigos e livros etc. Além da pesquisa (em seus respectivos campos disciplinares), há pelo menos cinco eventos transdisciplinares bianuais. Ainda que alguns tenham sofrido interrupções, a maioria continua regularmente, dedicados a unir estudiosas de gênero e sexualidade do Brasil, da América Latina com convidados europeus, estadunidenses e africanos. Refiro-me ao *Fazendo Gênero* (desde 1995); os eventos da Redor¹⁶(1992), da Rede de Estudos Feministas (RedeFEM, 1994), a Associação Brasileira de Estudos da Transhomocultura (ABETH, 2001).

Além desses, mais recentemente, o Seminário do *Curta o Gênero*¹⁷ (desde 2012), une uma mostra audiovisual internacional a um grupo variado de pesquisadores e militantes de movimentos sociais e partidários, numa grande reflexão sobre questões atuais da cultura e política brasileiras de gênero. Desde 2013, o *Desfazendo Gênero* tem sido realizado com uma proposta com direcionamento mais inspirado nos estudos queer, buscando diálogo com o transfeminismo e as questões de cidadania (tema do primeiro encontro). Em 2021, houve a retomada de uma rede nacional, a Caleidoscópio – Rede Nacional de Estudos Feministas, Transfeministas, Antirracistas, Transdisciplinares e Decoloniais que, neste ano de 2023, aprovou a constituição de um INCT – Caleidoscópio¹⁸ (Instituto Nacional de Ciências e Tecnologias – CNPq) com a atuação de 29 centros e grupos de pesquisas das cinco regiões do país.

¹⁵ Pesquisa realizada no dia 25 de julho de 2023, na plataforma Lattes, utilizando apenas a palavra gênero no título dos grupos (sem incluir linhas de pesquisa, o que daria um número muito maior). Ver: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf.

¹⁶ Em 2022, a Redor comemorou 30 anos. Ver: <https://redor30anos.wixsite.com/redor>.

¹⁷ Promovido pela ONG Fábrica de Imagens e sediado em Fortaleza-Brasil.

¹⁸ <https://caleidoscopio.unb.br/institucional/quem-somos> (consulta realizada em 22 de Julho de 2023)

Feminismo nas ruas



Figura 1 – Brasília, 10h29: Marcha das Margaridas leva trabalhadoras rurais de todo o país para a Esplanada dos Ministérios. Foto: Afonso Ferreira/G1 (14/08/2019)



Figura 2 – Marcha das Vadias, 2019, Recife. Foto Chico Peixoto-LeiaJá)



Figura 3 – Parada LGBTQIA+, 2019. Foto agência Brasil.- Reportagem: <https://spbancarios.com.br/06/2019/confira-programacao-da-semana-da-parada-lgbt-em-sp>

Concomitantemente a esta breve narrativa sobre a história da consolidação e do crescimento dos estudos de gênero no Brasil, acontecia também a crescente visibilidade de importantes movimentos de mulheres feministas com as marchas: Marcha das Margaridas¹⁹ (pelo Movimento dos trabalhadores sem-terra – MST); Marcha das Mulheres Indígenas; Marcha das Vadias; Marcha Internacional do 08 de Março (MMM); Marcha das Lésbicas.

Há ainda as paradas LGBTQIA+ que acontecem desde o final dos anos 1990 e levam para as ruas shows de drags, cantores/as trans, atores e atrizes que são ou assumiram a causa homo/trans, políticos de esquerda, e uma população que mescla classes sociais, atraem casais gays, lésbicos, enfim, uma parada com o que há de mais *glitter* na cultura lgbtqi+, numa cena bastante provocativa. As paradas sofreram várias avaliações ao longo de sua existência, oscilando entre versões muito politizadas e versões mais festivas e elitizadas. Nos últimos anos, o teor político retornou com força,

¹⁹ Em 2015, em sua quinta Marcha (a primeira ocorreu em 2000), o livreto de apresentação trazia um convite que dá um pouco a ideia do projeto político em pauta: ““nós, Margaridas de todos os cantos do país, vamos juntar toda a nossa esperança e o nosso compromisso com a transformação e, com ousadia, mostrar à sociedade e ao Estado a que viemos, convocando todas as mulheres trabalhadoras do nosso país a darem o próximo passo. Vamos ocupar as ruas, os municípios, as capitais e Brasília, acreditando que é possível construir um Brasil soberano, sustentável, mais democrático, justo e igualitário na cidade e no campo, mostrando que sendo milhares, não estamos sós, que nenhuma de nós está sozinha e que juntas seguiremos em marcha até que todas sejamos livres! (http://www.contag.org.br/imagens/f24537_contag_livreto_marcha_2015_210x297_final-1.pdf).

por ser um espaço importante e de grande visibilidade da diversidade da comunidade, no sentido de sinalizar que há muita gente disposta a lutar, e não recuar, diante das ameaças e manifestações homo/transfóbicas, cada vez mais violentas, que vêm sofrendo.



Figura 4 – Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Goiânia, 2018. Foto ONU Mulheres/Mayra Varalho.

Há, nesse cenário, a força histórica fundamental do movimento de mulheres negras, que completou, em 2018, 30 anos desde sua primeira reunião nacional (1988). Segundo Sueli Carneiro (2003), numa análise convertida em slogan famoso: “as mulheres negras tiveram que enegrecer a agenda do movimento feminista e sexualizar a do movimento negro”, promove a diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva. De um lado, afirma novos sujeitos políticos (identidades), de outro, exige reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses sujeitos.

No encontro de 2018, além de várias atividades de formação para as participantes, workshops, conversas e muitas mesas redondas, houve uma palestra da filósofa norte-americana Ângela Davis, que conclamou a dar um passo a mais em termos de feminismo negro, àquele mencionado por Carneiro, 15 anos antes. Davis convocou as participantes a:

buscar libertar a nossa imaginação para as questões que precisam ser respondidas: que não são apenas questões para acabar com o racismo, o sexismo e a exploração econômica nas nossas sociedades, mas sim qual o tipo de sociedade não mais toleraria a violência sistemática contra humanos, animais e o nosso meio ambiente? (2018).²⁰

²⁰ Um relato do evento está disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-participa-do-encontro-nacional-de-mulheres-negras-30-anos/>. Acesso em: 10 set. 2023.

Seria importante nos determos um pouco mais nessa chamada de Davis, para repensarmos o próprio feminismo como um todo, não apenas o feminismo negro. Farei isso, entretanto, no próximo item do texto, para não perder aqui o fio da descrição do que ocorreu no Brasil, e ainda ocorre, em termos de mobilização feminista nas mais diversas áreas de atuação. Pois, ao longo do processo de redemocratização do país, vimos surgir algumas organizações sociais não governamentais, ONGs, grupos de mulheres, coletivos, as centrais sindicais, as assessorias de partidos de esquerda no congresso (grandes aliados das lutas). Houve a importante formação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) que, no relato de sua presidenta, Keila Simpson, surgiu:

No ano de 1993, com a realização do primeiro Encontro Nacional de Travestis – ENTLAIDS, na cidade do Rio de Janeiro começamos a discutir a importância da criação de uma rede nacional que agregasse essas pessoas. Inicialmente, foi fundada a Rede Nacional de Travestis – RENATA, mas para se tornar ainda mais inclusiva, houve uma nova mudança [...]. Até que, no ano 2000, na cidade de Porto Alegre, é instituída a Articulação Nacional de Transgêneros ANTRA.

No mesmo contexto, surgiu também a primeira associação de prostitutas (Davida), criada por Gabriela Leite, no Rio de Janeiro, em 1992. A associação teve grande impacto nas lutas das prostitutas, ou putas (como Gabriela gostava de dizer), por cidadania digna e pela regulamentação da profissão. Para dar sustentabilidade à associação, foi criada a Daspu (das putas), uma grife de roupas que visou o mercado fashion para divulgar as lutas das prostitutas.²¹

Esse conjunto de ONGs e os movimentos sociais mudaram significativamente as relações entre sociedade civil e Estado. O próprio Estado brasileiro mudou muito durante toda a década de 1990 e, principalmente, dos anos 2000 para cá. Sobre as relações entre os movimentos sociais e o Estado, trago a contribuição de Rodrigues e Prado (2010) que destacam diferenças significativas na noção de cidadania, não mais presa à tradicional noção de direitos/deveres, derivada das relações hierárquicas entre Estado/cidadão que, de fato, promoveu uma cidadania altamente excludente. Nas palavras dos autores: “o núcleo central dessa cidadania eram os direitos sociais, conferidos a setores de trabalhadores que nem sempre gozavam de direitos políticos e escassamente de direitos civis”. Uma nova cidadania entra em cena quando seus atores entendem que o Estado precisa superar uma noção abstrata de igualdade e promover formas concretas de inclusão social. Nesse sentido: “o que está em jogo não é apenas o fato de ter direitos, mas o direito de reivindicar direitos e gozá-los efetivamente.” (Rodrigues e Prado, 2010, p. 449).

Todo este movimento configurou, no Brasil dos últimos vinte anos, uma forte colisão com valores e práticas conservadores, em contraposição ao saldo de importantes avanços no tocante às lutas por direitos civis (desde 2011, no Brasil, com aprovação do Supremo Tribunal Federal (STF), há o reconhecimento do casamento

²¹ Quem quiser conhecer mais sobre a Gabi Leite, sugiro o documentário – Um beijo para Gabriela (Laura Murray, 2012, RJ/Br) e o mais recente artigo de Aparecida Fonseca Moraes (2020).

entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou uma resolução que obriga os cartórios brasileiros a celebrar casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Antes disso, vale lembrar um importante marco jurídico na luta das mulheres no Brasil: a aprovação, em 2006, da Lei Maria da Penha, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2015, houve outra importante reformulação no código penal, quanto à tipificação de homicídio qualificado, que é a lei do feminicídio. Em termos de marcos legais, há a criminalização do racismo no Brasil, instituído desde a Constituição de 1988, transformado em lei um ano depois.

Apesar desses importantes avanços jurídicos, uma olhada superficial para a situação brasileira das últimas décadas é suficiente para nos mostrar o imenso vão entre as conquistas legais e as sociais. Os níveis de encarceramento da população negra, a brutalidade da violência policial com índices absurdos de abusos e a impunidade de seus praticantes, a disparidade de condições de trabalho e salubridade na qual vive a população negra no Brasil, com diferenças salariais, discriminação e manifestações explícitas de racismo nas relações cotidianas, além da alta mortalidade de mulheres e jovens negros, indicam uma vivência sistêmica do racismo, institucionalizado e naturalizado nas normas com as quais estruturamos nosso viver.

O racismo, o feminicídio²² e a homotransfobia formam um tripé que, aliado ao sistemático ataque às terras e aos povos originários, orientam a vigência institucional (sobretudo nos últimos três anos) da *necropolítica* (Mbembe, 2018). Como já muito bem analisado pelo movimento e por estudiosas/os do racismo no Brasil, não é possível, sobretudo para os países do “terceiro mundo”, pensar a biopolítica (controle dos corpos/desejos) senão interconectada à soberania que governa a morte. Infelizmente, os corpos que enunciam e denunciam o tripé, são os de travestis negras brasileiras, mortas de maneira brutal em ambientes públicos.

Berenice Bento (2014, p. 2) avalia o transfeminicídio²³ como “uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo”. A pesquisadora encontrou seis recorrências no transfeminicídio: 1) O assassinato é motivado pelo gênero e não pela sexualidade da vítima; 2) A morte é ritualizada; 3) Ausência de processos criminais; 4) As famílias das pessoas trans raramente reclamam os corpos; 5) Suas identidades de gênero não são

²² Em 2019, o número de feminicídio no Brasil, de acordo com dados levantados pelo Monitor da Violência, foi de 1.314 mulheres mortas, o maior desde que a lei foi implementada. (<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-femicidios-em-2019.ghtml>). No levantamento estatístico do Instituto de pesquisa econômica aplicada Ipea e do Fórum de Segurança Nacional, em 2018, 61% dos feminicídios foram contra mulheres negras. <https://forumseguranca.org.br/estatisticas/> (consulta em 10/07/2020).

²³ De acordo com o Dossiê elaborado pela Antra (2019), o Brasil está em primeiro lugar no mundo no ranking de mortes violentas da população trans. (<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>).

respeitadas no noticiário da morte, na preparação do corpo e no registro da morte; 6) As mortes acontecem em espaços públicos, principalmente nas ruas desertas e à noite.

O vão visibiliza um Brasil dividido, que oscila, ao longo do tempo, entre políticas liberais e políticas conservadoras, que teve no contexto bolsonarista de governo seu pior momento conservador dos últimos 40 anos.

O delírio retórico da ideologia de gênero

No documento entregue no dia 24 de outubro de 2018 à Câmara Legislativa Federal, com o título de *Manifesto à Nação: o Brasil para os brasileiros*, produzido pela Frente Parlamentar Evangélica (constituída de 180 parlamentares federais), consta a seguinte definição de ideologia de gênero:

A ideologia de gênero é a mais nova invenção do **pensamento totalitário**, que imediatamente foi adotada pelas autoridades dos Governos do PT, e demais frações de esquerda autoritária. Ela desvia a escola das suas atribuições normais e investe na subversão de todos os valores e princípios da civilização. Ela consciente e deliberadamente usa o respeito inalienável da pessoa humana individual em suas tendências sexuais, direito garantido pela Constituição, em instrumento de destruição de todos os direitos e todo o respeito às crianças e adolescentes, assim como a destituição das famílias na educação da intimidade humana, direito inquestionável e universal. O ataque às crianças, adolescentes e suas famílias tem por objetivo destruir os alicerces da Civilização como condição prévia para a criação das condições objetivas de **instituir uma ditadura totalitária**, escravizando as consciências pela força do Estado. A sociedade civil fica refém do Estado. Com isso, **introduziram nas escolas todo tipo de pornografia, licenciosidade, perversão** etc. Será necessária uma campanha ininterrupta de combate à sexualização e erotização das crianças e adolescentes em todo o Brasil, utilizando-se todos os meios possíveis, e punindo severamente todos que atentarem contra a inocência infantil. (Frente Parlamentar Evangélica, 2018, p. 55, grifos da autora).

Infelizmente, neste artigo não será possível analisar em detalhe o documento. No entanto, destaco dele dois elementos: 1) indignação: quem diante de tal leitura não ficaria completamente furioso se soubesse que um governo estivesse disseminando pornografia para crianças e implantando uma ditadura totalitária, escravizando as consciências de crianças e adultos? 2) reparação: restituir a família (tradicional) como eixo educador das “intimidades”.

O jogo discursivo utilizado tem como prioridade: acusar a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) sem apresentar evidências e criar um ponto de partida inquestionável, o direito universal. Deliberadamente omitem referências aos direitos da criança e do adolescente, de ter acesso às informações e conhecimentos que dizem respeito ao seu desenvolvimento cognitivo e físico, obrigação do Estado e da família que não podem se omitir nos cuidados com os mesmos.

O que acontece no Brasil, como sugere o levantamento feito pela Antra, é justamente o contrário, a família expulsa os adolescentes (numa média de 13 anos de idade) de suas casas quando manifestam sua transexualidade. Foi justamente o levantamento estatístico do baixo desenvolvimento e da alta evasão escolar de jovens homossexuais e transexuais e do apontamento das escolas como ambientes extremamente hostis e, por vezes violentos, que motivou a promoção de políticas públicas voltadas para educação formal como, por exemplo, o importante projeto de formação de professores para lidarem com as diferenças e diversidades de gênero e sexualidade, conhecido como Gênero e Diversidade nas Escolas (GDE).²⁴

A narrativa da bancada evangélica sobre a *ideologia de gênero* é praticamente idêntica ao que foi escrito pelo Cardeal Ratzinger, em 1997, sobre a questão do gênero e do feminismo, no qual afirma que seriam duas ideologias dedicadas a lutar contra a natureza e a biologia e a querer produzir uma nova antropologia (deixando de ser criatura para ser criador). O que, no documento, figura como um atentado aos valores judaico-cristãos, por isso, colocariam em risco o desenvolvimento da nação brasileira no século XXI.

A publicação do Manifesto antecedeu o segundo turno das eleições presidenciais de 2018 que elegeu Jair Bolsonaro. Em outras palavras, figurou como uma carta de apoio aos projetos conservadores (não nomeados e não explicitados) da chapa vencedora. Além da nomeação de uma pastora para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, outro gesto simbólico de simbiose entre bancada evangélica e governo Bolsonaro se deu na reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, realizada em Genebra, em 27 de junho de 2019. Durante o evento, os secretários enviados para representar o Brasil insistiram, em várias ocasiões, em solicitar a retirada do termo "gênero" ou "violência de gênero" de resoluções da ONU, em alguns casos sugerindo que fosse trocado por "igualdade entre homens e mulheres", para reforçar que, no entendimento do novo governo, gênero refere-se a uma construção social e o que deve prevalecer é a "realidade biológica" (Chade, 2019). Entramos no território de vigência da guerra àquilo que consideraram ser a *ideologia de gênero* com as armas disponíveis pelo Estado.

Richard Miskolci e Campana (2017, p. 727) elaboraram uma genealogia dos embates políticos em torno da construção da ideologia de gênero na qual mencionam a reação da Igreja Católica, não só aos avanços feministas internacionalmente, mas principalmente a partir da Conferência Mundial de Beijing, organizada pelas Nações Unidas, em 1995. Esta quarta conferência caracterizou-se por substituir a categoria mulher pelo conceito de gênero, estabelecendo que [...] todas as políticas e instituições econômicas (dos governos e da comunidade internacional), assim como aqueles encarregados de conceder recursos, devem adotar uma perspectiva de gênero,

²⁴ Para uma reflexão mais geral sobre tais políticas consultar Kamensky *et al.* (2016). Tive a oportunidade de participar de duas edições do GDE/UFSCar, coordenadas pelos prof. Richard Miskolci e prof. Jorge Leite, numa experiência singular de formação com professores da rede pública do Estado de São Paulo. O projeto redundou em algumas publicações, dentre elas: Miskolci (2010; 2015).

justamente por ser relacional o processo de produção das desigualdades e hierarquias que inferiorizam, estereotipam as mulheres como um todo.

Nesse sentido, a chegada da perspectiva de gênero no entendimento dos processos de *engendramento* (subjetivação/individuação em relação às normas e protocolos de organização social das diferenças percebidas como sexuais) ajudou a pensarmos a categoria mulher de modo mais historicizado e diverso, principalmente considerando as diferenças culturais, étnico-raciais, de classe social, nacionalidade, sexualidades, e abriu mais espaço para pensarmos como a categoria *mulher* habita ou não o binômio cis/transgeneridade.

Na leitura dos autores sobre a aliança entre Igreja católica e neopentecostais na América Latina, há três elementos comuns às diferentes realidades nacionais em que tais debates (moralismo contra as questões feministas, de gênero e sexualidade) ganharam relevância: 1. todas ocorreram a partir da virada do milênio; 2. emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda; e 3. deflagraram-se em torno de reformas educacionais e legais.²⁵ A defesa da família tradicional, como valor cristão fundamental, é central no debate.

Nesse sentido, registro que não foi gratuito o projeto cegonha (2011) ser um dos primeiros projetos do governo Dilma Rousseff voltado para mulheres. Já havia ali uma concessão importante que estava sendo feita justamente com a disputa relativa aos direitos reprodutivos das mulheres e a outras pautas feministas, dentre estas, a questão da descriminalização do aborto. Era um compromisso assumido desde a campanha.²⁶ A maternidade, como “causa feminina” a ser focada vinha para linha de frente de ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres²⁷. Destaco as concessões do governo PT justamente para não cairmos na armadilha de pensar que estávamos numa linha crescente só de conquistas. É sempre importante lembrar que, sim, nas negociações políticas para a manutenção de um governo de esquerda, tivemos retrocessos e concessões significativas e as lutas feministas e lgbti+ foram muitas vezes utilizadas como barganha. Os autores também avaliaram na mesma direção afirmando que “as fontes consultadas convergem na percepção de que o governo Dilma não representou ameaça efetiva à agenda moral dos conservadores” (Miskolci; Campana, 2017, p. 741).

Miskolci e Campana (2017 p. 742), formularam uma avaliação muito certa sobre a aliança que sustenta o crescimento de uma política sexual religiosa na América Latina com forte adesão não só de pessoas religiosas, pois “os empreendedores morais não formam um grupo coeso e sua aliança é circunstancial”. Para os autores, o objetivo

²⁵ Os autores destacam: a legalização do ensino da história da África e das relações étnico-raciais no ensino básico e fundamental e a criação da Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade (Secad), em 2004.

²⁶ Para uma análise detalhada da campanha de 2010, sugiro a leitura do: n. 43 (2014): Dossiê o gênero da política: feminismo, estado e eleições e o artigo de Maria das Dores Campos Machado (2012).

²⁷ Criada no primeiro mês do governo Lula, em 2003 (antes estava inserida dentro da Secretaria de Direitos Humanos do Governo de Fernando Henrique Cardoso de 1997). A Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e a da Igualdade Racial, bem como a dos Direitos Humanos virou, em 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

é de retomada de um Estado que seja masculino e heteronormativo – ou seja, sem as ameaças que o movimento feminista e LGBTIA+ colocaram aos grupos conservadores. Impossível não concordar com a leitura de que há uma aliança entre políticos (das câmaras federais às municipais) e agentes sociais (mídia, grupos de apoio, o Papa, bispos, padres, pastores, enfim, religiosos como um todo) para retomarem as rédeas machistas e misóginas do Estado branco e heteronormativo.

A concordância com os autores me leva a indagar: o que mais há? O que me intriga é a adesão de diversos grupos, de diferentes faixas etárias, locais e classes sociais, incluindo grupos minoritários como negros e LGBTQIA+, a tais projetos em pleno século XXI. Arriscarei conjecturar alguns elementos para avançar a reflexão nessa direção.

Estamos vivendo em um mundo que tem nos oferecido apenas incertezas e instabilidades, retomo aqui todo o desmonte neoliberal do Estado – agravado com as reformas trabalhista e da previdência social – e do saque das riquezas e dos patrimônios naturais e culturais; a geração de “empreendedores de si mesmos”, “*Às próprias custas*”.²⁸ Nesse contexto “pós-moderno” (Jameson, 1997), de “modernidade líquida” (Bauman, 2001), “modernidade tardia” (Latour, 2016); Lyotard, 2000), “hipermoderno” (Lipovetsky, 2004), ou ainda “farmacopornográfico” (Preciado, 2018), seja lá a nomeação que melhor lhe descreva, há um grande desencantamento com relação ao que se esperava da ciência e da tecnologia, enquanto promessa de desenvolvimento e progresso, máximas da modernidade.

O desenvolvimentismo (política econômica muito impregnada nas esquerdas brasileiras) prometeu nos trazer bem estar e conforto físico e emocional, a racionalidade científica vislumbrou nos ajudar a responder as perguntas que temos diante das ansiedades, cada vez mais crescentes, e descrenças (patologicamente medicalizadas), de que algum projeto de futuro melhor (ou ao menos de haver futuro) possa cada vez mais nos aproximar do ideal de vida longa e próspera, máxima do que Foucault, na sua primeira reflexão sobre sexualidade ([1976] 1997), denominou de uma das facetas do biopoder. Mas não só de promessa de longevidade vive o biopoder, senão do controle dos corpos, seus fluxos e desejos, bem como das populações (deslocamentos, acasalamentos, reprodução etc).

Ao longo das décadas finais do século XX e iniciais do XXI, outros autores apontaram a relação estreita entre a crise democrática, que chegou a ser denominada por J. Gilbert (2014) de pós-democrática, e a crise da globalização, vivida nos países do Sul, como o Brasil, no qual a desigualdade social atinge níveis altíssimos, apontando para um desencantamento com as soluções no campo dos embates político-institucionais.

²⁸ Título de um álbum clássico de Itamar Assunção, *As Propriascustas* S. A. (1981). O álbum é uma provocação em relação ao custo e às ambiguidades de fazer algo independente das diretrizes da indústria musical. O debate era bem diferente do que se coloca hoje com a “uberização” do trabalho, mas guarda uma sensibilidade de entendimento do jogo duplo e perverso de uma suposta liberdade, no mundo da arte-mercadoria. Para pensar a uberização do trabalho, sugiro o artigo de Ricardo Antunes e Vitor Filgueiras (2020).

O flerte com a extrema direita e seu discurso de restituição da ordem e do progresso (leia-se: a ilusória oferta de empregos com garantias há muito destruídas) sinaliza um nível de insegurança altamente potencializado, capaz de promover a captura por discursos que oferecem verdades eternas, metafísicas, apelando para a estratégia da retórica obscurantista como meio de entorpecimento das dores e angústias, de outro modo, inexplicáveis. A vizinhança com tamanho abismo assusta! Como explicar o envelhecimento precoce, a morte decorrente da falta de assistência médico-hospitalar, filas para exames cada vez mais sofisticados tecnologicamente e cada vez mais inacessíveis a grande parte da população? Os jovens sem perspectiva de emprego, sem interesses em suas próprias formações educacionais, a crescente criminalização da juventude negra, encarcerada ou eliminada nos confrontos diários com a *lei*, ou seduzidas pelo apelo mágico das drogas químicas e eletrônicas (Virilio, 1998).

Num cenário tão distópico, há tendência crescente para adesão a uma via totalmente antipolítica²⁹(*anti-establishment*), como também é recorrente o apego à oração reconfortante, à palavra que soa amiga e que vem da sala despojada na esquina da casa, transformada em templo. A “entrega para Deus” do corpo do parente amado; a confiança de que existe uma força divina guiando e protegendo surge como bálsamo. A proteção como merecimento, fruto do engajamento do eu com os ensinamentos que a relação “pastor/fiel” promove, é servida como um pacote analgésico, vitaminado com promessas divinas de emprego e estabilidade, de fortuna e sorte. Um apelo à entrega cega, não muito diferente daquela já bem instituída na sensibilidade contemporânea do gozo no consumo de cada nova mercadoria adquirida, incluindo fármacos de bem-estar.³⁰

Numa sociedade fetichizada, a porta de entrada para as maravilhas do roteiro pecado/culpa/punição/perdão encontram solo fértil. A volta da pseudocentralidade da família tradicional no discurso conservador é indicativa de que o individualismo extremo, vestido de retórica cristã da comunidade de Deus, delega o peso do sucesso ao esforço e mérito individual. “Não caias em tentação e terás a salvação”. A expulsão do filho/filha gay/lésbica/trans é o gesto sacrificial necessário para garantir o paraíso divino a despeito de uma prole *impura*. O efeito dessa escolha é uma ruptura traumática, sobretudo para os que perdem suas referências afetivas familiares. Uma sociedade que legitima e naturaliza abusos e violências promove, sem restrições, propostas higienizadoras dos corpos e das *corrupções* (dos desejos, do poder e do dinheiro). Infelizmente, poucas pessoas enlaçadas na retórica religiosa tiveram ou têm

²⁹ Em uma reportagem Leandro Machado (2017), publicada na *BBC News Brasil* antes das eleições, sobre uma pesquisa do Datafolha que indicou que 60% dos eleitores de Bolsonaro era constituída por jovens na faixa etária de 16 a 30 anos de idade, Danilo Cersosimo, diretor do instituto de pesquisas Ipsos, afirmou que o fenômeno de Bolsonaro como bandeira contestadora se expressa principalmente na juventude da classe média urbana: “É um movimento de um jovem escolarizado que não conseguiu ver as suas aspirações atendidas”, afirma o analista. “Ele pode estar desempregado, ou tem um emprego ruim, tem medo da violência e da crise econômica. Então ele culpa o governo por não conseguir cumprir suas ambições. E quem estava no governo? O PT e a chamada esquerda.”

³⁰ Perdoem o sotaque Weberiano ao ler a dinâmica da adesão ao bolsonarismo em chave tão culturalista.

acesso à importante crítica de teólogas como Ivone Gebara (1997; 2000), que muito eficazmente denuncia a visão androcêntrica da espiritualidade a partir da estrutura do “Deus criador, do filho único que sofreu por nós”. Esquema esse que exige das mulheres, do feminino (natureza aqui incluída), o constante sacrifício.

O que as ciências contemporâneas, parte desse grande espetáculo, têm a contribuir? Trazem desafios éticos profundos quando quebram paradigmas que legitimaram por séculos práticas naturalizadas de inferiorização e exclusão das diferenças humanas. Por exemplo, como quando os estudos genéticos descartaram que as diferenças humanas pudessem ser marcadas linearmente como diferenças de raças,³¹ categoria que legitimou práticas coloniais que persistem ainda hoje, validando a supremacia branca, com atitudes que vão desde o racismo sistêmico à condenação de religiosidades afrodescendentes ou das cosmologias dos povos originários. Assim como provocou, e ainda provoca, assombros a retirada do “homossexualismo”, em 1973, do DSM pela American Psychiatric Association (APA) e, alguns anos depois, em 1990, sua exclusão do Código Internacional de Doenças (CID) pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2019, a OMS oficializou e reforçou a Resolução CFP nº 01/2018, que orienta a atuação profissional de psicólogas(os) para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias.³² Resultado de muita luta dos respectivos movimentos sociais, de muita pesquisa nas áreas de ciências humanas, muitas delas de cunho feminista e LGBTQIA+, finalmente, as ciências biomédicas reconheceram os limites do determinismo biológico tanto das diferenças tidas como raciais, quanto sexuais.

Na esteira das lutas empreendidas com maior ênfase nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo no campo da descrição das doenças mentais, esteve ainda a importante luta antimanicomial e, mais recentemente, novas avaliações sobre os problemas e terapêuticas dos comportamentos de abusos de substâncias químicas; ou seja, estas lutas se interpenetram e deveriam, ao meu ver, estar juntas.³³ As lutas pela legalização e descriminalização do aborto, de substâncias psicoativas, da eutanásia, são todas fundamentais para pensarmos uma nova relação entre corpo/natureza/cultura, que escape do imaginário da higienização e padronização dos corpos tidos como desviantes.

Paralelamente a essas importantes conquistas no âmbito dos discursos científicos, também ocorreram os desenvolvimentos de biotecnologias que ampliam e diversificam os modos de vida humana, alargando nossa própria compreensão do que seja a denominada *natureza humana*. Das cirurgias cosméticas às de redesignação

³¹ Templeton, A. R. (1998), Human Races: A Genetic and Evolutionary Perspective. *American Anthropologist*, 100: 632-650. doi:10.1525/aa.1998.100.3.632

³² Pela nova edição da CID 11, a transexualidade saiu da categoria de transtornos mentais para integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual” e passou a ser classificada como “incongruência de gênero”.

³³ Penso aqui a partir de uma recente e importante avaliação empreendida em PEREIRA, M. de O.; PASSOS, R. G. (org.). *Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. 214p

sexual, das manipulações bioquímicas das atividades cerebrais e das funções cardíacas e ortopédicas, às tecnologias reprodutivas, o corpo humano está mapeado não só geneticamente, mas nas constantes mudanças dos biomateriais que produzem novas próteses e permitem a superação de problemas orgânicos ou estruturais do corpo. Tais biotecnologias propõem novos desafios éticos, muito pouco debatidos no conjunto das relações sociais, quando muito, são regulados por legislações nacionais ou internacionais e por comitês de ética no interior das instituições de pesquisa, excluindo-se o importante diálogo com a sociedade como um todo.

A vinculação entre a retórica da ideologia de gênero, à noção patriarcal de família, à bandeira anticidência, à apologia da "educação sem partido", à desqualificação das pesquisas na área da sexualidade, constitui o sintoma agudo do conservadorismo, que prescreve moralismo para os grandes temas éticos da atualidade. Enquanto criam confusão, distraem os mais incomodados, beneficiam-se de medidas como a revisão de demarcação de terras indígenas, exploração de minérios, perdão de dívidas, privatização de bens de primeira necessidade, dentre outras tantas.

O que seriam as causas? A resposta não é simples. Arrisco chamar atenção para uma delas, que considero ainda pouco explorada nas análises do conservadorismo contemporâneo. Receio que nos falte um enfrentamento do debate ético em relação às biotecnologias e como afetam nossas percepções do que seja o corpo humano e a própria noção de humanidade. Nada disso aparece diretamente nos discursos e na gramática da disputa eleitoral ou na mobilização social do que poderíamos denominar de direita conservadora ou de centrão; tampouco opera explicitamente nas campanhas e manifestos da esquerda. Pelo contrário, muitas vezes os discursos reduzem o complexo debate sobre cis/transsexualidade a uma mera questão de identidade no conjunto da diversidade. Talvez nos falte aqui uma escuta mais atenta ao que Preciado (2018) denominou de *tecnogênero*, algo que balança e bagunça nossa compreensão binária da cis/transgeneridade, cuja fantasmagoria amedronta subjetividades apegadas ao ideal de natureza humana determinada e determinante, essencial para os que apostam na padronização da vida.

O meu argumento é justamente que a ênfase da retórica conservadora na separação dicotômica e excludente entre o que é *natural* e *antinatural* nas relações de gênero; na relação das mulheres (cis/trans) com a maternagem (ponto sensível); nas relações entre corpo/desejo; para mencionar alguns, revela uma dissociação fundamental entre ética e política, que atingiu níveis grotescos na era bolsonarista. Há um grande incômodo social quando a bandeira da *autonomia* da pessoa em relação ao seu próprio corpo implica em demandas por políticas públicas que a amparem, como no caso dos direitos reprodutivos, aborto, das práticas de transsexualização e da eutanásia que, embora sejam relativas a decisões individuais, requerem todo um aparato sociojurídico que lhes dê sustentação. Para que um governo possa agenciar coletivamente essas demandas sociais, é preciso uma estrutura estatal democrática empenhada na dimensão ética, ou seja, disposta a cuidar das potências da vida em sua diversidade, e que não assuma princípios, doutrinas ou verdades de uma ou outra religião.

O bordão feminista “tire os rosários dos meus ovários”³⁴ sintetiza o que tento dizer. Pensar essa dimensão ética não se traduz apenas na promoção de políticas de inclusão ou na luta por direitos, implica abrir espaço para transformações no âmbito molecular, pois se trata de reconstruir territórios subjetivos para além do lugar identitário fetichizado (Rolnik, 2018, p. 118). Não depende apenas da relação Estado/sociedade, embora outro arranjo dessa relação seja vital. Depende mais de uma postura ética diante da política e da política diante da ética. Em outras palavras, seria fundamental, enquanto feministas e acadêmicas, posição na qual teço este argumento, atuarmos na transformação dos atuais *modos de subjetivação* (Foucault, [1976] 1997) fincados na sujeição a princípios universais e individualistas.

Nesse cenário, ponderar a retomada da noção de autonomia no lugar da submissão requer pensar junto a *interdependência* (Butler, 2018, p. 137-165), uma vez que nossa precariedade revela sobretudo que somos codependentes, não só entre nós, mas de infraestruturas de cuidado e sobrevivência. Para não resvalar numa versão liberal de autonomia, requer ainda uma noção de *democracia radical* (Gilbert, 2004), cuja característica anticapitalista promove modos de participação na vida pública que preservem a individualidade e as garantias de liberdade, mas, ao mesmo tempo, repudiem o individualismo neoliberal. Requer ainda uma atenção ao princípio do *bem viver* (Sólon, 2019), tradução dos povos andinos para a complementaridade da diversidade em um modo de vida cujo princípio não é a acumulação e nem o consumismo.

Autonomia só pode ser um princípio ético a ser perseguido se ganhar as dimensões tentaculares e comunais com as quais as noções de natureza, humano, animal e tecnologia sejam compreendidas em correlação e interdependência, ou seja, em sua dimensão política.³⁵

Não vamos conseguir confrontar a nefasta *ideologia de gênero*, do modo como ela se espalhou nos alicerces sociais, apenas localizando/denunciando sua base ideológica e suas vocações econômicas extrativistas e neoliberais. O terceiro vértice desta avaliação é justamente a relação ciência/tecnologia e política, tendo a ética feminista e decolonial como o cimento dessa relação com a sociedade. O grande medo, subentendido na acusação antigênero é, em primeiro lugar, o da diversidade e das diferenças visíveis no que entendemos ser o corpo/vida humana, mais densamente, nas potências que a categoria tem de nos mostrar o quão incerta e continuamente dinâmica é a vida e as próprias fronteiras do que denominamos de humano.³⁶

³⁴ Ver: texto de Débora Prado, da Agência Patrícia Galvão, de 28 de setembro de 2016. Disponível em: <https://pvmulher.com.br/tire-seus-rosarios-dos-meus-ovarios-decisao-da-justica-de-goias-reitera-direito-de-manifestacao-feminista/>. Acesso em: 24 out. 2023.

³⁵ Penso aqui em Bruno Latour (2016, p. 185) sobre as “humanidades científicas”, que problematizam justamente as relações entre ação política e conhecimento científico, ou seja, como desenhamos nossos cosmogramas para pensar o pluriverso que nos habita e no qual habitamos.

³⁶ Haraway (2016): “not posthuman, but compost”. Imagino bolsonaristas-olavistas lendo Donna Haraway.

Quais nossas estratégias de enfrentamento aos contínuos ataques aos estudos de gênero e às lutas feministas?

Para concluir, retomo o incômodo gerado pela categoria gênero a religiosos, políticos e à população brasileira que acreditou no *kit gay* e na *ideologia de gênero* como uma forma de destruição da família e dos princípios da natureza humana, justamente porque, no início da década, como já comentado anteriormente, o uso da categoria foi muito questionado também por pensadoras e ativistas feministas. Por um lado, porque poderia ser utilizado de forma neutra, ou seja, frequentar e fundamentar as pesquisas sobre gênero e família sem incorporar as questões das relações de poder que engendraram as opressões e hierarquias entre homens e mulheres e sustentam o patriarcado como sistema de organização das relações entre os sexos.

Nesse sentido, gênero seria uma categoria que despolitizaria o debate sobre as mulheres e sua submissão e exclusão ao longo da história. Sonia Alvarez (2000) fez uma importante análise da relação entre Estado, políticas públicas, e "perspectivas de gênero" quando, em 2000, em vários países latino-americanos³⁷, avaliavam-se as mudanças em relação às políticas para mulheres, desde a Conferência de Beijing (1995). Segundo Alvarez, a "conclusão geral das ONGs é de que houve pouco progresso e alguns retrocessos significativos". Formaram-se os "conselhos da mulher", os planos nacionais de "equidade de gênero", mas sem orçamento e autonomia. Nas falas de suas entrevistadas: "O Estado fala muito de gênero, mas pouco faz para empoderar as mulheres". Sua análise é que o Estado faz traduções de termos e propostas do movimento e dos estudos científicos para seus próprios termos técnicos e de planejamento, foi o que fez com a categoria gênero. Então, a estratégia feminista por ela proposta na ocasião era de "monitoramento da implementação de políticas públicas e da produção discursiva das instâncias estatais e estar continuamente engajadas num processo de retradução" (Alvarez, 2000, p. 17). Seu texto, contudo, evita a polarização entre "mulheres" ou "gênero" no que se refere às lutas ou estudos feministas.

Um salto de vinte anos entre o texto de Alvarez e o momento bolsonarista na gestão pública brasileira, nos faz repensar o quanto o alvo da vez é a categoria mulher, na sua versão mais biologizante e essencialista possível, utilizada para formular políticas públicas que nos fazem retroceder séculos na relação entre Estado e agenda feminista. Nesse contexto, eu me pergunto se seria pertinente nos perdermos no debate "mulheres e/ou gênero". Algumas feministas decoloniais e pós-coloniais tendem a criticar o uso da categoria gênero por fundamentar uma genealogia das relações de poder entre homens e mulheres e por se reportar a um feminismo hegemônico anglo-saxão, branco e burguês. María Lugones sinalizou outro caminho ao chamar atenção para a peculiaridade do que denominou de um "sistema colonial de gênero", para demarcar as especificidades das relações de gênero na América do Sul e tratar a categoria mulher a partir de realidades das mulheres de cor e das pluralidades étnicas dos povos originários.

³⁷ Os países pesquisados pela autora foram: Brasil, Chile, Colômbia e Peru (Alvarez, 2000).

Ainda que existam diferentes usos e contornos políticos da categoria, desde o início dos meus estudos, em 1991, fui e sou uma defensora do uso da categoria gênero. Pela sua força política e disruptiva, por colocar em questão a noção de uma natureza humana pré-determinada por uma diferença essencial, que seria a diferença sexual (Scott; Butler, 1992). Com a utilização da categoria gênero, há um deslocamento da questão identitária em si (não são as identidades o ponto de partida) para os processos de diferenciação, ou seja, a diferença (seja sexual ou não) torna-se uma questão histórica e relacional na medida em que é produzida no encontro contínuo entre a materialidade do corpo e da cultura, dimensões em movimento tanto de repetições, quanto de possíveis subversões das normas que instituem o próprio ato de diferenciar-se.

Não se trata de uma perspectiva culturalista (como equivocadamente o bolsonarismo insiste em ler no debate sobre gênero), como já reiteradamente insistiu Butler, desde seu clássico texto da década de 1998. Embora a performatividade de gênero seja fundamental para o processo de desnaturalização e ruptura com o binarismo (homem/mulher) e com as dicotomias universal/específico, produção/reprodução, sexo/gênero; agregaria ao conjunto desta reflexão as preocupações e intervenções promovidas pelas pesquisas de Donna Haraway, sobretudo seu instigante livro *Stay with the trouble* (2016).

Haraway nos convoca a ponderar o aqui e agora em forma de resposta aos ditados do capitaloceno e do antropoceno, a partir de um novo modo de pensar o nosso ser e estar no tempo/espço, o *Chuthulucene*, que implica na constituição de alianças e reconhecimento de parentescos com outros seres e espécies, pelos quais nos sentimos responsáveis (ou deveríamos). Gênero é uma categoria que perpassa seu texto, mas não configura o eixo de suas preocupações, pelo contrário, nos incita a olhar para as desigualdades aprofundadas pela destruição de nós mesmos e dos outros sistemas de vida, por isso, o feminismo que ela professa é um *feminismo especulativo*, aquele que não sabe todas as respostas, que está atento às diferentes demandas, que caminha no escuro, mas cultiva a "ecojustiça da multiespécie" (*multispecies ecojustices*).

A proposta epistêmica (*tentacular thinking*) de Haraway nos ajuda a pensar conexões com as preocupações específicas das feministas decoloniais (indianas, mexicanas, bolivianas, colombianas, brasileiras, para nomear algumas), uma vez que a autora nos lembra de que qualquer saída para a profunda crise em que nos encontramos é coletiva e requer uma *fabulação especulativa*, algo que venho tentando concretizar ao longo desta reflexão ao unir fios de vários lados e posições, sem pretensões de alcançar um todo.

Em se tratando de uma acadêmica feminista, esse pensar coletivo, no nosso caso, pode se dar inspirado na proposição que fizeram as pesquisadoras mexicanas vinculadas à Red de feminismos descoloniales, que tocam em um ponto central do debate que estou propondo aqui:

"... nosotras conformamos una red desde nuestra experiencia académica, consideramos que ninguna tarea académica tiene sentido si se la entiende y practica encerrada em si misma. Una academia y una

ciencia ensimismadas y monológicas, son meros instrumentos de la lógica aún dominante, que privilegia un sentido común orientado al mercado y dominado por una racionalidad productivista. Por el contrario, le apostamos a una academia comprometida con la transformación de la realidad..." (Millán, 2014, p. 319).

Esse comprometimento com a transformação da realidade requer que, na atual conjuntura brasileira, façamos uma importante autocrítica. Nossas universidades sofreram pressões produtivistas que redundaram em proliferação de pesquisas e publicações de inegável valor, alçando algumas delas a um patamar internacional no ranking de contribuições para pesquisa no mundo. Avalio que houve uma aproximação entre diferentes áreas de saber, redes internacionais com importantes trânsitos de pesquisadores, experiências didáticas e bibliográficas enriquecedoras. Paralelamente, a carga de trabalho burocrático interno na universidade também se complexificou, com criação de comissões, grupos de trabalho, sistemas de avaliação etc.

Nossa área de estudos de gênero e pesquisas sobre mulheres cresceu e se consolidou como já argumentado anteriormente. No entanto, nossas habilidades de comunicar e divulgar nossas pesquisas a um público leigo, bem como nosso trabalho contínuo de aproximação em redes de extensão com as comunidades do entorno da universidade ficaram em segundo plano. O debate de gênero acabou ficando restrito ao âmbito dos grupos e lideranças políticas comunitárias, com inserção em movimentos populares e ativistas, ou seja, houve aproximações, mas ainda limitadas a algumas bolhas. Realizamos menos ações pedagógicas e de formação continuada (formal e informal) do que precisaríamos ter feito.

Nossas contracondutas em relação ao bolsonarismo, do ponto de vista acadêmico, demanda o alicerce de nossas frentes de atuação, de nossas alianças e modos de coligação internas e externas, a formação de redes de solidariedade, superação de dissidências e diferenças teóricas, priorizando o diálogo e pesquisas conjuntas. Nessa *outropia* desejada, uma nova relação entre academia/sociedade é urgentemente repensada, e as pesquisas das *humanidades* visibilizadas. O movimento se dá no sentido de deshierarchicalizar os saberes, fazer alianças não subservientes com as lutas mais cotidianas e diretas da população quando estas retomam as marchas e as grandes ações de colisão coletivas. Nessa outropia, a agenda feminista epistêmica figura como um norte ético que visa mudar as estruturas de poder e, para isso, une nas práticas científicas e de pesquisa o vigor anticapitalista, antirracista e anticolonial (Fraser, 2019), sem perder de vista a contínua descolonização do inconsciente (Rolnik, 2018).

Referências

ALVAREZ, Sonia. Em que estado está o feminismo latino-americano: uma leitura crítica das políticas públicas com "perspectiva de gênero". In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam. (org.). **Gênero nas políticas públicas**: impasses e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000. p. 9-25. (Caderno Sempre Viva).

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vítor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. DOI <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901>. Acesso em: 20 out. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

BLAY, Eva. **Trabalho domesticado**: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978.

BLAY, Eva Alterman e COSTA, Albertina de Oliveira. **Gênero e Universidade**. São Paulo: NEMGE-USP, 1992.

BLAY, Eva Alterman. O acesso das mulheres à cidadania: questões em aberto. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 77, p. 47-52, maio de 1991.

BLAY, Eva Alterman. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labryz: estudos feministas**, Brasília. n. 3, jan./jul., 2003.

BLAY, Eva Alterman. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 11, p. 99-105

BLAY, Eva Alterman. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-511, set./dez. 2005.

BLAY, Eva Alterman. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropologia**, Brasília: UnB, n. 284, 2000.

BLAY, Eva Alterman. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

BENTO, Berenice. **Brasil**: o país do transfeminicídio. Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 53, e185305, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413/18511>. Acesso em: 20 out. 2023.

BOITO JÚNIOR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica marxista**, n. 50, p. 111-119. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (org). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 24 out. 2023.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

BRUSCHINI, Cristina. O campo de estudos da mulher no Brasil: período de formação. In: BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro e BINGEMER, Maria Clara L. **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994 (b)

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o feminismo a questão do "pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, Trajetórias do gênero, masculinidades..., v. 11, p. 11-42, 1998. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998\(11\)/Butler.pdf](https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020//Pagu/1998(11)/Butler.pdf). Acesso em: 27 jul. 2023.

CADERNOS DE PESQUISA. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1971- . e- ISSN: 1980-5314. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/about>. Acesso em: 18 out. 2023.
CADERNOS PAGU. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 1993- , ISSN 0104-8333.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, dez. 2003. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/>. Acesso em: 20 out. 2023.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica marxista**, n. 11, São Paulo, p. 98-108, 2000. (Dossiê Marxismo e Feminismo). Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie59Dossie%205.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

CHADE, Jamil. Brasil veta termo "gênero" em resoluções da ONU e cria mal-estar. **Uol**, 27 de junho de 2019. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/>. Acesso em: 20 out. 2023.

CONVOCATÓRIA do II Congresso Internacional CIEG. Estudos de gênero, feministas e sobre as mulheres: reflexividade, resistência e ação. Lisboa, 2019. Disponível em: <http://cieg.iscsp.ulisboa.pt/actividades-do-cieg/2-congresso-internacional>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Xmvqhg4YYJxm7w5zwwk9dsd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Uma contribuição ímpar: os cadernos de pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 80, p. 91-99, fev. 1992. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1007>. Acesso em: 20 out. 2023.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 66, p. 66-69, ago. 1988. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1206/1212>. Acesso em: 20 out. 2023.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, n. 19, p. 59-90, 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644580>. Acesso em: 24 out. 2023.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. (2005). Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 691-703, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300014>. Acesso em: 30 ago. 2023.

COSTA, Ana Alice de Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (org). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

DAVIS, Angela. ONU Mulheres participa do Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos. **ONU Mulheres Brasil**. Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-participa-do-encontro-nacional-de-mulheres-negras-30-anos/>. Acesso em: 24 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber, v.1. 12. ed. Rio de Janeiro, Graal, [1976] 1997.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Cristina (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

FRENTE Parlamentar Evangélica. **Manifesto à nação**. Brasília, DF, 24 de outubro de 2018. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

GEBARA, Ivone. Ecofeminismo, um jeito de abraçar as diferenças e construir um mundo diferente. Entrevista com Ivone Gebara, por Maricel Mena López. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, n. 6, p. 79-84, dez. 2000.

GEBARA, Ivone. **Teologia ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

Gilbert, Jeremy. Signifying nothing: "culture", "discourse" and the sociality of affect. **Culture Machine**, v. 6, 2004. [online] Disponível em: <https://culturemachine.net/deconstruction-is-in-cultural-studies/signifying-nothing/>. Acesso em: 6 nov. 2023.

GROSSI, M. Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. v. 12, número especial, Florianópolis, set./dez. 2004. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300023>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300023>. Acesso em 20 out. 2023.

HARAWAY, Donna. **Stay with the trouble**. Durham, Carolina do Norte, EUA: Duke University Press Books, 2016.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, São Paulo: Anpocs/Capes: Sumaré, 1999, p. 183-221.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

KAMENSKY, Andrea Paula S. O. *et al.* (org.). **Políticas e direitos**: políticas públicas de formação docente em direitos humanos, gênero e diversidade na escola no Brasil (2006-2016). São Paulo: Pontocom, 2016. Recurso digital.

LATOURE, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla. 2004.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo; Brasiliense, 1991.

MACHADO, Leandro. Por que 60% dos eleitores de Bolsonaro são jovens? **BBC News Brasil**. São Paulo, 16 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41936761>. Acesso em: 24 out. 2023.

ACHADO, Lia Zanotta. Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero. Série Antropologia, Brasília: UnB, n. 170, 1994.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 25-54, 2012. DOI <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522012000100003>. Disponível em: [SciELO - Brasil - Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010](https://scielo.br/pt/doi/10.1590/S0103-33522012000100003). Acesso em: 21 out. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed., São Paulo: N-1 Edições, 2018. 80 p.

MIGUEL, Sônia Malheiros; GROSSI, Mirian Pillar. Mapeamento de grupos e organização de mulheres, gênero e feministas no Brasil. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, v. 1, n. 5, p. 1-31, 1996.

MILLÁN, Mária. (org.). **Descolonizando nossos feminismos: más allá del feminismo – caminos para andar**. México: Red de Feminismos Descoloniales, 2014, 328p.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 out. 2023.

MORAES, Aparecida Fonseca. Gabriela Leite e mudanças nas práticas discursivas sobre prostituição no Brasil. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, v 70, p. 254-279, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/s2178-14942020000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/tNPgbTRxyT6w93LGMhmHsSb/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

MORAES, Maria Lygia Quantim de. Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica marxista**, n. 11, São Paulo, p. 89-97, 2000. (Dossiê Marxismo e Feminismo).

PERSPECTIVAS antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. *In*: COSTA, Albertina Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. _____. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. *In*: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS e Brasília: UNICEF, 1994.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. *In*: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

RAGO, Margareth. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós)modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**. n. 3 e 4, p. 1-43, 1995/1996. REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS. Florianópolis: UFSC, 1992- . ISSN 1806-9584.

RODRIGUES, C. S. & PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia & sociedade**, Recife, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a05.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth; Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 2. ed., 1976 (1 a ed. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969). SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 38-47, fev. 1988.

SCOTT, Joan. [1989] Gênero: uma categoria útil de análise histórica.. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995 Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 12 out. 2023.

SCOTT, J.; BUTLER, J. (org). **Feminists theorize the political**. New York: Routledge, 1992.

SOIHET, Rachel. Enfoques Feministas e a História: desafios e perspectivas. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita. **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997.

TREILLET, Stéphanie. O Banco Mundial e a questão do gênero: o novo consenso de Washington. SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2003.

VIRILIO, P. Os motores da história. *In*: ARAÚJO, H. R. (org.). **Tecnociência e cultura**: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

